



Senado aprova novo prazo para franquias dos Correios

Gerardo Magalhaes/Senado Federal



Projeto de lei de conversão aprovado pelo Senado prorroga até setembro de 2012 os contratos que ainda não foram licitados

Os contratos de franquia postal assinados pelos Correios ainda não licitados ou com licitação suspensa pela Justiça estão prorrogados até 30 de setembro de 2012.

É o que prevê projeto (oriundo da MP 509/10) aprovado ontem pelo Plenário, que perderia a validade hoje se fosse alterado pelo Senado. A proposta seguiu à sanção presidencial. **3**

Alvaro Dias debate a MP dos Correios, observado por Gim Argello (E), Gleisi Hoffmann, Romero Jucá e Demóstenes Torres

Decisão do Supremo deve provocar quatro alterações no Senado **7**

José Cruz/Senado Federal



CAS e Plenário ratificam novos diretores para a Anvisa e a ANS **3**

Na CAS, Jaime César de Moura Oliveira (E), da Anvisa, senador Jayme Campos e Bruno Sobral de Carvalho, da ANS

Combate ao câncer de mama ganha elogios **8**

Projeto acaba com tutela em ação trabalhista **8**

Ministro pede flexibilidade para obras da Copa no Brasil

Orlando Silva, do Esporte, em debate na CE, diz que regras de licitação para eventos

esportivos a se realizarem em 2014 e 2016 precisam ser mais simples, ágeis e flexíveis. **4**



Orlando Silva (E), ao lado de Requião, quer regras de licitação mais ágeis



Na audiência, Laercio Vinhas, Lúcia Vânia, Rollemberg, Eduardo Braga e Othon Luiz

Especialistas divergem sobre segurança de usinas nucleares

O presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, diz que Angra está preparada para evacuação em caso

de acidente. Os professores Pinguelli Rosa e Aquilino Senra afirmam que plano precisa ser mais bem formulado. **4 e 5**

Evento organizado pela Consultoria Legislativa do Senado reuniu ontem médicos e representantes do setor para discutir financiamento das ações e serviços devidos à população. Regulamentação da Emenda 29 foi unanimidade

Seminário reivindica direito da saúde aos recursos mínimos constitucionais

NO SEGUNDO DIA do seminário *Direito Sanitário – o direito à saúde na produção legislativa*, promovido pela Consultoria Legislativa do Senado, foi discutida ontem a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que define os percentuais mínimos de aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O médico sanitário Nelson Rodrigues dos Santos explicou que a emenda orienta a alocação de recursos na saúde, mas ressaltou que essa norma não vem sendo cumprida.

– Desde o nascimento do SUS [Sistema Único de Saúde], prosseguimos em um equívoco de tratar a regulamentação de um setor tão importante como esse observando somente aspectos econômicos e



Seminário de Direito Sanitário, ontem, no Senado: especialistas reivindicam mais recursos para setor

financeiros – disse.

O especialista criticou o governo por ter priorizado, nos últimos anos, a terceirização dos serviços de saúde com a contra-

tação de empresas e institutos. Além disso, não estaria exercendo o papel de fiscalizador da prestação desses serviços para a população.

Nas discussões do tema, a representante da Fiocruz, Sandra Mara Alves, defendeu a criação, no Legislativo, de um observatório permanente da saúde.



Jane Araújo/ Senado Federal

Sarney, entre representantes dos jornalistas: decisão é do Plenário

Fenaj pede apoio a Sarney para PEC dos Jornalistas

Em reunião com o presidente José Sarney e Inácio Arruda (PCdoB-CE), representantes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e de sindicatos da categoria pediram prioridade à votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) que restabelece a obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão.

– A visita ao presidente Sarney marca o reinício da campanha dos jornalistas brasileiros pela retomada da aprovação da PEC que reintroduzirá a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício profissional – disse o presidente da Fenaj, Celso Schröder.

Já aprovada pela CCJ, a PEC será analisada pelo Plenário, em dois turnos. Ela estabelece que a profissão é privativa do portador de diploma em Comunicação Social, com especialização em Jornalismo. Em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a necessidade do diploma, argumentando que restringia a liberdade de expressão.

Maranhenses defendem PEC da emancipação de municípios

Uma delegação formada por deputados, vereadores e representantes do Maranhão esteve ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para reivindicar pressa na votação da PEC que transfere aos estados a prerrogativa de criar novos municípios, responsabilidade que hoje cabe ao Executivo federal, depois de aprovação do Congresso.

Ao deixar a reunião, o depu-

tado federal Luciano Moreira (PMDB-MA) explicou que, somente no Maranhão, existe a demanda de emancipação de pelo menos 46 distritos.

O deputado explicou ainda que a PEC, por causar impacto na distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), precisa ser examinada por todas as comissões da Câmara antes de chegar ao Senado.

Iniciados estudos para instalar TV e Rádio Senado no Amapá

O Amapá deve ganhar, nos próximos meses, estações de TV e da Rádio Senado. Uma equipe técnica do Senado esteve na terça-feira em Macapá estudando a instalação dos equipamentos na capital.

Para o ex-senador Papaléo Paes, a iniciativa é muito importante e vai permitir ao Amapá se integrar ao resto do país, além de oferecer à população uma programa-

ção diversificada. Papaléo deixou o Senado em janeiro, depois de cumprir oito anos de mandato pelo Amapá, e de ter defendido a instalação das duas emissoras, aprovada em março pela Mesa.

O presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Moisés Souza, reuniu-se com representantes do Senado, na terça, para definir a possível parceria da entidade no projeto.

SECS esclarece

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado divulgou, no Blog do Senado (www.senado.gov.br/blog), resposta a uma nota publicada no Blog do Noblat. Veja a seguir a íntegra da nota:

“Em relação ao *post* publicado no Blog do Noblat, sob o título ‘TV Senado, a TV do Sarney’, a Secretaria Especial de Comunicação Social esclarece que o vídeo em que o presidente do Senado, José Sarney, comenta o livro de Regina Echeverria não foi produzido e nem exibido pela TV Senado. O referido vídeo foi realizado pelo Blog do Senado, hospedado e veiculado no Youtube.

Durante o lançamento da biografia de Regina Echeverria, na noite da terça-feira, 22, a TV Senado, assim como grandes jornais e emissoras de televisão do país, fez a cobertura e produziu matéria, por se tratar de evento de interesse jornalístico, em que parlamentares, autoridades, ministros de Estado e de tribunais superiores estiveram presentes.

O *blog* foi criado em 2009 para esclarecer e corrigir notícias incorretas ou imprecisas a respeito do Senado e, também, para publicar matérias e vídeos sobre as atividades e opiniões dos senadores.

Valemo-nos da liberdade de expressão da internet, a custo zero para o Senado, da mesma forma que você o faz.”

Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social

Leia também na Agência Senado (<http://migre.me/46viF>) resposta da Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado a acusações feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na matéria “Livro de Sarney maquia escândalos”, publicada ontem.

Adiamento

Por razões técnicas, os textos produzidos pela Agência Senado referentes aos pronunciamentos realizados em Plenário após as 19h40 de ontem serão publicados apenas na edição do *Jornal do Senado* desta sexta-feira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário 20 anos do Mercosul

14h A hora do expediente é dedicada à comemoração dos 20 anos do Mercosul. Na pauta da sessão deliberativa, 18 requerimentos.

Presidência Cerimônia no Palácio do Planalto

10h O senador José Sarney participa de reunião da Mesa; às 11h, comparece à cerimônia de assinatura de convênios para a construção de creches do PAC2, no Palácio do Planalto; às 12h30, recebe o ministro do STF, Hélio Mosimann; às 14h, preside sessão dos 20 anos do Mercosul; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Programa de apoio aos produtores de citros

8h30 Projeto que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros consta da pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CDH Benefícios para portadores de deficiência

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vota, entre outros itens, dois projetos que ampliam benefícios a pessoas portadoras de deficiência.

CI Recondição de diretor da Anac

9h Na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, recondição de Cláudio Passos Simão ao cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil. Serão votados ainda nove requerimentos, entre os quais um para realização de audiência pública para discutir a construção do trem-bala.

CRE Indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa indicação de Eliana da Costa e Silva para a embaixada na Guiné Equatorial e de Raymundo Santos Magno na Romênia. Serão analisados acordo com a França na área de submarinos e texto da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

CAS Subcomissão das Pessoas com Deficiência

12h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MP é aprovada pelo Plenário e dá novo prazo para regularização dos contratos terceirizados da ECT, um problema que se arrasta há quase 21 anos

Senado prorroga as franquias postais até 2012



Romero Jucá (E) e Walter Pinheiro debatem o projeto no Plenário: proposta dá prazo de um ano para solução do problema

OS SENADORES APROVARAM ontem, em votação simbólica, o Projeto de Lei de Conversão (PLV 05/11) que prorroga até 30 de setembro de 2012 o prazo para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) manter e concluir os contratos de franquias de seus serviços que ainda não foram licitados ou que estão sendo questionados na Justiça. O prazo havia vencido em novembro de 2010. O projeto é proveniente da Medida Provisória 509/10.

Ao ler parecer favorável, o relator José Pimentel (PT-CE) lembrou que a questão das franquias da ECT “é um problema que se arrasta desde 1990” e, desde então, é objeto de discussão no Congresso Nacional.

A proposta também garante um prazo de 12 meses para que as novas agências franqueadas façam as adequações definidas pelas normas técnicas da ECT.

Pimentel defendeu a aprovação principalmente “pela necessidade de continuidade da prestação de serviço público, evitando-se prejuízo para os usuários de serviços postais”. Outro ponto destacado pelo relator foi a manutenção do emprego para 23 mil trabalhadores das agências franqueadas.

Os problemas referentes às franquias postais vêm desde 1990, quando a ECT firmava contratos administrativos com particulares para a operação das agências postais. Esses contratos, sem licitação, deram ori-

gem às chamadas Agências dos Correios Franqueadas (ACFs).

Em 1994, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a adoção de licitação pública para novas franqueadas, mantendo as já existentes até o final dos contratos. Após várias prorrogações, os contratos venceriam em novembro de 2010, daí a necessidade da MP 509.

Dos 1.424 pontos franqueados em outubro de 2010, 227 tiveram a licitação concluída com contratos assinados. Havia ainda 504 com licitações em andamento.

Os senadores Demóstenes Torres (DEM-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmaram que a proposta só cumpria os pressupostos constitucionais de relevância e urgência porque o governo não resolveu a questão a tempo.

Além deles, Itamar Franco (PPS-MG), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Mário Couto (PSDB-PA) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) voltaram a reclamar do atual rito de tramitação das MPs, pois o projeto só chegou ao Senado na quarta-feira passada e perderia a validade hoje, fazendo a ECT “entrar em colapso”. Por isso, a oposição concordou em votar simbolicamente, fato criticado por Itamar Franco.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e os senadores Gim Argello (PTB-DF), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Walter Pinheiro (PT-BA) também se pronunciaram sobre a questão.

Plenário ratifica indicações de diretores da Anvisa e da ANS

O Plenário também aprovou ontem à tarde as indicações feitas pela presidente da República, Dilma Rousseff, para a direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Jaime César de Moura Oliveira teve sua indicação para a Anvisa aprovada por 53 votos favoráveis e 9 contrários. Bruno Sobral de Carvalho foi ratificado como diretor da ANS por 57 a 8.

A Mesa do Senado enviará comunicação à presidente Dilma Rousseff sobre a decisão da Casa.

De manhã, as indicações foram avaliadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aprovado pela CAS permitiu a tramitação urgente e a votação em Plenário no mesmo dia.

Os novos diretores substituem Dirceu Raposo de Mello (Anvisa) e Alfredo Luiz de Almeida Cardoso (ANS) em razão do término de seus mandatos. As indicações de Jaime Oliveira e Bruno Carvalho foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Proposta garante licença a todos servidores com mandato eletivo

Qualquer funcionário público que assumir cargo eletivo tem o direito de licenciar-se do emprego. Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) restabelece dispositivo constitucional sobre o exercício de mandato eletivo por servidores públicos. A proposta de emenda à constituição (PEC 18/08) agora segue para discussão no Plenário.

Em 1998, a Emenda Constitucional 19 alterou o artigo 38 da Constituição, assegurando o direito de licenciar-se da função para assumir mandato eletivo apenas ao “servidor da administração direta, autárquica e fundacional”.

A mudança excluiu os funcionários das empresas públicas e das sociedades de economia mista, que são obrigados

a pedir demissão para assumir cargo eletivo.

– A consequência acaba sendo literalmente o desemprego ao fim do exercício do mandato eletivo, com sérios prejuízos para o servidor e sua família – argumenta Fernando Collor (PTB-AL) na justificativa da proposta.

Também foi aprovado, em turno suplementar, o PLS 481/08, que prevê a suspensão automática dos prazos para apresentação de impugnação e dos recursos do processo administrativo fiscal durante as festividades de final de ano – período de 20 de dezembro e 10 de janeiro.

De autoria do então senador Raimundo Colombo, o projeto irá diretamente para a Câmara, se não houver recurso para seu exame pelo Plenário.



Presidência por Eunício Oliveira, CCJ aprovou ontem várias propostas



Proposta de Paulo Bauer também altera prazos de análise das MPs

PEC de Bauer veda MPs que criem cargos públicos

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu ontem proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 8/11) que altera a tramitação das MPs e amplia a lista de temas que não podem ser objeto das medidas, como a criação de cargos e órgãos públicos.

– Achamos que a MP deve, sim, tratar de questão tributária, de segurança nacional, de orçamento. Mas criação de cargos e de órgãos públicos por MP é uma ofensa ao Legislativo, que tem a incumbência de representar a sociedade e opinar em seu nome para que o país possa seguir o seu caminho e a governabilidade esteja assegurada – afirmou.

Na PEC, o senador extingue a comissão mista prevista na Constituição para analisar as MPs e altera o tempo de tramitação nas duas casas (90 dias na Câmara e mais 60 dias no Senado).

CCJ deve analisar mudança de rito na quarta-feira

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que na próxima quarta-feira a comissão deve avaliar a PEC 11/11, do senador José Sarney (PMDB-AP), que muda a forma de tramitação das MPs. Pela proposta, a Câmara e o Senado teriam 55 dias cada para discutir e votar as propostas.

Hoje, o prazo máximo total de tramitação das MPs é de 120 dias, dos quais a Câmara muitas vezes consome 119. Ficando cada Casa com 55 dias, os outros dez seriam destinados à avaliação, pela Câmara, de emendas eventualmente apresentadas pelo Senado.

Uma comissão de cinco deputados dinamarqueses visitou ontem o Senado. O grupo, liderado pela deputada Eva Kjer Hansen, esteve no Plenário, depois de se encontrar com os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). No Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que os apresentou, destacou que a Dinamarca apoia o Brasil em sua tentativa de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Dinamarca, com cerca de 5,5 milhões de habitantes, é uma monarquia constitucional desde 1849, e o parlamento (Folketing) tem, no máximo, 179 membros.





Orlando Silva (à esquerda) fala aos senadores, ao lado do presidente da CE, Roberto Requião

Ministro sugere simplificar licitação em obras da Copa e das Olimpíadas

Orlando Silva defende regras mais flexíveis e mais ágeis para a liberação dos investimentos públicos nos dois megaprojetos esportivos durante debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O GOVERNO FEDERAL quer apoio do Congresso para aprovar medidas que simplifiquem o rito das licitações para obras voltadas à realização, no Brasil, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Em debate ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o ministro do Esporte, Orlando Silva, defendeu a contratação das obras por um regime especial de licitação, “mais simplificado e ágil do que o estabelecido pela atual Lei de Licitações (Lei 8.666/93)”. O ministro disse esperar a aprovação da MP 510/10, que simplifica regras tributárias

para consórcios de empresas, como os criados para investimentos nas obras previstas para a realização da Copa e das Olimpíadas. A MP foi aprovada na terça-feira pela Câmara dos Deputados, na forma do PLV 6/11, e segue agora para exame do Senado. Orlando Silva não descartou a possibilidade de o governo apresentar outra proposta, mais ampla, para agilizar a execução dos investimentos. Conforme observou, seriam medidas que abrangeriam todas as obras e não apenas os investimentos em aeroportos, como previsto inicialmente.

– O Congresso Nacional pode colaborar simplificando o rito, aumentando a transparência, mas garantindo que o prazo [para conclusão das obras] seja cumprido – disse. Ele citou a inversão de fases de licitação (primeiro preço e depois a proposta técnica), a ampliação do escopo do pregão eletrônico e a adoção de outros critérios, que não o preço, na licitação. O ministro sugeriu a criação de uma comissão parlamentar para acompanhar a implementação dos investimentos da Copa. O presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR),

relatou experiência de simplificação dos ritos de licitações quando foi governador do Paraná e disse que enviaria ao ministro do Esporte sugestões para simplificar as normas previstas na legislação. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que propôs o debate, se disse preocupado com o possível contingenciamento das verbas previstas nos chamados PAC da Copa e PAC da Mobilidade Urbana. No entanto, o ministro assegurou que os recursos previstos para estádios, infraestrutura de transportes urbanos, aeroportos e portos estão assegurados.

Senadores pedem mais apoio para jovens atletas

A falta de investimentos na formação de atletas e as precárias condições para treinamentos e para competições nacionais têm feito com que muitos jovens busquem no exterior as oportunidades que não encontram no Brasil. Com esse argumento, os senadores pediram reforço para programas de apoio a jovens atletas, durante o debate com o ministro Orlando Silva. Para Inácio Arruda, o governo deveria investir mais em jogos estudantis e jogos universitários. Ele defendeu a adoção de medidas para dar maior visibilidade a essas competições e fez um apelo às emissoras privadas para que noticiem os

eventos estudantis. O ministro concordou que é preciso envolver escolas e universidades, “larga base de identificação e preparação de atletas”. – Nosso modelo é fundado nos clubes. É um modelo elitista, estreito, porque poucos podem participar – disse. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) também alertou para o fato de os talentos brasileiros no esporte estarem deixando o país. Ela criticou a transformação do esporte em negócio, em detrimento da formação adequada dos jovens. – Temos um “choque capitalista” sobre o esporte, sem nenhuma intervenção do Esta-

do. Seria preciso reverter essa situação, investindo nos jogos estudantis e universitários – disse a senadora. Preocupação semelhante foi manifestada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), mas o ministro citou avanços nas políticas voltadas à profissionalização no esporte, como o programa Bolsa Atleta. Ele informou que atualmente 3.165 atletas recebem bolsa para manter o ritmo necessário de treinamento e para participar de competições. Orlando Silva destacou ainda a aprovação, pelo Senado, de reajuste no programa e a criação do Bolsa Pódio, para apoiar atletas de alto rendimento.

Armadores esperam por ação do governo

Os armadores que já operam no Brasil – e outros que poderão vir a atuar – ainda não definiram se agendarão cruzeiros marítimos para o país durante a Copa do Mundo de 2014. Segundo a coordenadora do grupo de estudos técnicos de infraestrutura de operações da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abreamar), Márcia Leite, a decisão só será tomada depois que o governo se pronunciar a respeito da solução dos problemas que impedem o setor de crescer ainda mais, como gargalos na infraestrutura portuária, altas taxas operacionais e a necessidade de prorrogar os vistos dos tripulantes. Márcia Leite foi uma das participantes da audiência pública na CDR sobre a melhoria da infraestrutura portuária na dinamização do trabalho dos portos. Antonio Maurício Ferreira Netto, diretor de Revitalização e Modernização Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República, informou que os investimentos na infraestrutura cresceram, após a criação da secretaria. Ele citou o exemplo dos serviços de dragagem, que não eram feitos há 15 anos.

Othon Luiz Pinheiro da Silva afirma que plano conjunto prevê exercícios anuais de treinamento, com simulação de acidente, e que foi feito cadastro da população num raio de 50 quilômetros da empresa

Angra está preparada para evacuação em acidente, diz presidente da Eletronuclear

COM A CONSTRUÇÃO de embarcadores e de helipontos em andamento, a região de Angra dos Reis (RJ), com cerca de 200 mil habitantes, poderá ter uma megaoperação de evacuação em caso de acidente numa das usinas nucleares em funcionamento no município, afirmou ontem o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva. Ele participou de audiência conjunta promovida pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O objetivo da audiência foi debater o uso da energia nuclear e a segurança das usinas brasileiras.

Segundo o presidente da Eletronuclear, um plano conjunto da Secretaria de Defesa Civil e da Comissão Nacional

de Energia Nuclear prevê exercícios anuais de treinamento, com simulação de acidente. Othon Luiz afirmou que, a cada ano par, a população é chamada a participar desses exercícios, mas o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ter ligado para “muita gente” em Angra e todos negaram ter participado do treinamento. Outra providência adotada pela Eletronuclear, de acordo com seu presidente, foi o cadastro de todas as pessoas que estão num raio de 50 quilômetros da empresa. A empresa compartilha esse cadastro com as prefeituras da região, que o utilizam para atividades diversas, como o serviço médico.

Lição

Othon Luiz disse que o acidente na usina nuclear de Fukushima Daiichi,

no Japão, deve servir de lição para o mundo. Uma lição óbvia, segundo ele, é que deve haver alternativa para a fonte auxiliar de energia – logo que uma central nuclear é desligada, o que aconteceu em Fukushima Daiichi após terremotos e tsunami, ela precisa de energia externa, corrente alternada, para resfriar o reator. Ele afirmou que, num acidente com perda total de alimentação elétrica, como o ocorrido em Fukushima, um reator a água pressurizada (PWR), como os existentes nas usinas de Angra, permitiria que os operadores tivessem mais tempo para o restabelecimento da energia do que um reator a água fervente (BWR), que equipa usinas da costa leste do Japão.

Na questão da fonte auxiliar de energia, Othon Luiz disse que o Brasil “está bem na foto”: ainda antes do

acidente japonês, a Eletronuclear começou a estudar o plano de instalação de uma pequena central hidrelétrica exclusiva para fornecimento de energia à usina de Angra, exatamente o que faltou para resfriar os reatores em Fukushima. O presidente da Eletronuclear expôs aos senadores as zonas de maiores riscos de tsunamis: oito estão no mar Mediterrâneo e oito no oceano Pacífico, atingindo inclusive a costa oeste da América do Sul. O Brasil, segundo ele, está no meio de uma placa tectônica, com baixa probabilidade de ocorrência de um tsunami. Mesmo assim, salientou Othon Luiz, as centrais nucleares de Angra dos Reis têm quebra-mar de oito metros e estão situadas em um ponto muito acima de toda a região que poderia ser atingida por eventual tsunami.



Lúcia Vânia e Rodrigo Rollemberg (à esquerda) conduziram audiência sobre o uso da energia nuclear e a segurança das usinas brasileiras



Lindbergh Farias, Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira conversam durante audiência pública conjunta

Para especialistas, evacuação deve ser mais bem formulada

O plano de evacuação da população em caso de acidente nas usinas nucleares de Angra dos Reis deve ser mais bem formulado. Foi o que disseram ontem, na audiência pública sobre a segurança das usinas nucleares do país, os professores Luiz Pinguelli Rosa e Aquilino Senra Martinez, diretor e vice-diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A audiência foi dirigida pela presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), auxiliada pelo presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Os dois professores também salientaram a necessidade de um local seguro para o depósito de rejeitos radioativos, de baixa, média e alta atividade. Um terceiro ponto foi a necessidade de se manterem geradores de energia para resfriamento da usina em local seguro, para evitar problemas como o que acontece agora na usina de Fukushima, no Japão. Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) defenderam mais estudos sobre os quatro reatores nucleares que o governo brasileiro pretende construir. Argumentaram que a

energia nuclear é responsável por apenas 2% da energia consumida no Brasil – no mundo, chega a 17%, e em países como a França, a 80% – e o país tem uma matriz energética muito diversificada. Rollemberg indagou se não seria melhor criar um programa de eficiência energética, envolvendo a população com campanhas para diminuir o consumo, do que criar novas usinas. Senra Martinez afirmou que a campanha, mesmo que gere uma grande economia, não irá “zerar” o aumento do consumo. Mas considera que as duas coisas não são excludentes: é preciso aumentar a eficiência energética, ao mesmo tempo em que se criam novas fontes de energia. Respondendo a Lúcia Vânia, Luiz Pinguelli Rosa afirmou que o depósito construído para guardar o material radioativo resultante da contaminação com o Césio 137 em Goiânia foi feito com competência técnica. Mas criticou o fechamento da Fundação Leite das Neves, criada para dar assistência às pessoas contaminadas por radiação no acidente em Goiânia, que hoje contam somente com o SUS. Ele lamentou que os responsáveis pela tragédia naquele estado tenham ficado impunes.

População vizinha à usina pouco participa de exercício de emergência

Poucos moradores ao redor das usinas de Angra dos Reis participam de treinamentos para emergências com medidas para a rápida evacuação da área. Nos exercícios periódicos, não mais que 1% das cerca de 3.700 pessoas que habitam dentro do raio de até 5 quilômetros das usinas Angra 1 e 2 participam voluntariamente. A informação foi prestada no debate por Laercio Vinhas, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Ele disse que o país é uma democracia e, por isso, as pessoas não podem ser obrigadas a participar dos exercícios. – Quantos dos senhores senadores e deputados deixam seus gabinetes e comissões em exercícios de simulação de incêndios? – questionou Vinhas, num reforço ao argumento sobre a

dificuldade de contar com as pessoas nos treinamentos. Ele observou, contudo, que os exercícios adotam procedimentos e meios que levam em conta toda a população. Como exemplo, disse que, mesmo com baixa participação de voluntários, utiliza-se a quantidade de ônibus necessários para a retirada, mesmo que eles “saíam vazios”. Kátia Abreu (DEM-TO) e Ivo Cassol (PP-RO) questionaram os motivos da escolha da área de Angra dos Reis, perto de grandes centros urbanos, para abrigar usinas de energia termelétrica nuclear. O diretor da CNEN esclareceu que elas necessitam estar próximas a fontes de água, além de comentar que a região tinha baixa densidade populacional quando da construção.

Diretor da CNEN defende agência reguladora para uso de energia nuclear

O titular da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Laercio Vinhas, defendeu a criação de uma agência reguladora para a supervisão, licenciamento e fiscalização das atividades que envolvam produção e uso de energia nuclear. A agência deve responder exatamente pelas funções que hoje estão no âmbito da diretoria da CNEN dirigida por Vinhas. Diferentemente de outros países, a autarquia exerce ainda uma segunda função: a pesquisa na mineração de radioisótopos e na utilização de técnicas nucleares. Em princípio, portanto, fiscaliza a si mesma nesse campo de atividades. Vinhas explicou que a Convenção de Segurança Nuclear estabelece que as atividades de promoção e as

atividades de regulação devem ser funcionalmente independentes. Ele disse que hoje essa independência funcional é alcançada por meio da separação dessas atividades em duas diretorias distintas, a que ele dirige e outra dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento. Esclareceu que a CNEN já elaborou um anteprojeto de lei criando a agência, em exame pelo governo. A avaliação de Vinhas é de que o país trabalha com grau de segurança adequado na operação de suas usinas nucleares. Segundo ele, acidentes como o que acabou de acontecer no Japão servem de oportunidade para revisão de procedimentos na operação das usinas em funcionamento em todo o mundo e melhorias nos novos projetos.

TCU fiscalizará obras nos portos de cidades

A programação do Tribunal de Contas da União (TCU) para 2011 inclui a fiscalização das obras que serão realizadas para preparar os portos brasileiros para a Copa do Mundo de 2014. A informação foi dada aos membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pelo secretário-adjunto de Planejamento do TCU, Marcelo Luiz Souza da Eira. Ele fez uma exposição sobre como o tribunal poderá colaborar com os trabalhos da CDR. Marcelo Souza antecipou que o TCU fiscalizará a construção dos terminais de passageiros dos portos de Santos

(SP) e do Rio de Janeiro desde o lançamento dos editais. No caso do porto do Rio, a fiscalização abrangerá a instalação de um cais de atracamento. – O Congresso pode, por exemplo, solicitar fiscalização específica. Eu sei que um senador entender que é necessária a realização de alguma auditoria, ele poderá pedir ao TCU por intermédio de uma comissão da qual faça parte ou do Plenário. O pedido é encaminhado ou pelo presidente da Casa ou pelo presidente de uma comissão temática ou parlamentar de inquérito – explicou Marcelo Souza. Cada solicitação do Congres-

so que chega ao TCU, disse o secretário-adjunto de Planejamento, é tratada em caráter de urgência e preferencial. O presidente da CDR, senador Benedito de Lira (PP-AL), elogiou a atuação do TCU e antecipou que a comissão buscará trabalhar em conjunto com o órgão. Já o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que o governo não deve encerrar o tribunal como um adversário, mas um parceiro na busca de resolver irregularidades encontradas em obras públicas. Ana Rita (PT-ES) pediu esclarecimentos a respeito de obra sendo realizada no porto de Vitória.

Vital diz confiar na segurança, mas não na defesa civil

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que as usinas nucleares do país têm um dos mais avançados sistemas de segurança do mundo. Ele também elogiou a profissionalização, competência e comprometimento da Eletronuclear, criada em

1997 com a finalidade de operar e construir as usinas termoeletricas. Apesar desses elogios, o senador afirmou que o Brasil tem “o pior sistema de defesa civil” que ele conhece. – Se temos um dos mais avançados sistemas de segu-

rança no mundo em termos de reatores e usinas já testados em Angra 1 e Angra 2, também temos o pior sistema de defesa civil. Estamos muito atrasados – avaliou. Vital do Rêgo colocou em dúvida a capacidade brasileira de enfrentar desastres

como o de Fukushima. – Será que nós estamos preparados mesmo? O Japão nos deu uma lição de organização, de tranquilidade e de eficácia. Em poucos dias, evacuou a população em um raio de 20 quilômetros ao redor da usina de Fukushima.



Genildo Mingalga/Senado Federal

Jucá: Planalto enviará projeto sobre Pronatec

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), registrou decisão do governo de enviar ao Congresso projeto de lei criando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). O senador disse ainda que a proposta deverá chegar à Câmara com pedido de urgência urgentíssima.

Jucá acrescentou que o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) irá financiar também a formação técnica e a qualificação profissional. Para o senador, o Pronatec, que deverá oferecer curso de qualificação profissional a alunos do ensino médio, "preenche uma lacuna no ensino brasileiro".

O programa prevê também, segundo Jucá, a expansão das escolas técnicas federais e inclui a capacitação de trabalhadores que já estão no mercado. Nesse caso, os empresários que tiverem interesse em oferecer capacitação aos seus funcionários também poderão contratar o Fies, que tem uma taxa de juros mais baixa.

45 anos do PMDB

O líder do governo também relatou reunião da Executiva Nacional do PMDB, ocorrida na terça-feira, para celebrar os 45 anos de fundação do partido. Jucá anunciou que uma sessão especial no Senado, no dia 31 deste mês, vai comemorar o aniversário.

É fundamental que a contribuição do partido em prol da democracia brasileira seja reconhecida – afirmou.

O senador Itamar Franco (PPS-MG), em aparte, recordou que foi um dos primeiros signatários da fundação do antigo MDB, criado em 1966, e primeiro presidente do partido em Minas Gerais. Itamar lamentou o fato de que "o atual PMDB tenha bandeiras muito divergentes daquelas que motivaram sua fundação", quando o partido era comandado por lideranças como Tancredo Neves e Eliseu Resende.

Jucá respondeu que o partido "evoluiu, incluindo novas bandeiras".

Depois de citar informações de um jornal, senador afirma que ministro da Fazenda teria atuado nos bastidores para substituir o atual presidente da empresa mineradora e, assim, recuperar o controle sobre as suas operações

Demóstenes acusa governo federal de tramar a reestatização da Vale

O SENADOR DEMÓSTENES Torres (DEM-GO) criticou ontem qualquer tentativa do governo federal de reestatizar a companhia Vale, conforme notícia divulgada pelo jornal *Valor Econômico*. De acordo com Demóstenes, haveria notícias "amplamente confirmadas" de que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, teria se encontrado com o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Lázaro Brandão, para pedir a troca do presidente da Vale, Roger Agnelli.

Na avaliação de Demóstenes, o governo, mesmo tendo direito de influenciar na escolha de um novo presidente para a mineradora – por controlá-la junto com o Bradesco e a multinacional japonesa Mitsui –, deveria tentar substituir o presidente por meio



Paulo H. Canallay/Senado Federal

Demóstenes: atual administração deu "lucro extraordinário" à empresa Vale

de uma reunião da assembleia de acionistas.

– Foi uma tentativa do governo de reestatizar a Vale. Mas não como acionista que é, através do BNDES, convocando

a assembleia de acionistas. Da maneira mais ilegítima, mais espúria, mais atrasada. O governo quer simplesmente fazer uma empresa privada novamente parte do seu feudo. E nós não podemos admitir que isso aconteça – afirmou.

Lucros

O senador disse não conhecer pessoalmente Roger Agnelli, mas ressaltou suas virtudes como administrador:

– E a prova justamente é o lucro extraordinário que a Vale tem. Agora, não interessa se ele é um grande administrador ou se ele é um péssimo administrador; interessa, sim, que o governo se utilizou de uma estratégia equivocada através de seu ministro da Fazenda – disse o senador.

Em apartes, os senadores José Agripino (DEM-RN), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Aécio Neves (PSDB-MG) e Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Demóstenes.

– A Vale do Rio Doce está anos-luz à frente, e pela gestão do senhor Roger Agnelli. Eu acho uma temeridade o que está por acontecer, se é que vai acontecer – disse Agripino, apoiando proposta de convocação do ministro da Fazenda pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O senador Wellington Dias (PT-PI), também em aparte, considerou apenas como especulações as notícias publicadas pela imprensa sobre a intenção do governo de trocar o presidente da Vale.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Senador anuncia que vai solicitar providências ao MP, ao TCE e à polícia

Mozarildo denuncia irregularidades na distribuição de vale

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou em Plenário irregularidades que estariam ocorrendo na distribuição, pelo governo de Roraima, do Vale Solidário – um vale-refeição destinado a pessoas de baixa renda. O senador anunciou que vai solicitar providências ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Polícia Civil de Roraima.

Segundo Mozarildo, pessoas que recebem o benefício informaram que, para obtê-lo este mês, foram obrigadas a assinar um documento no qual afirmam terem recebido os vales referentes a meses anteriores, o que, conforme disseram, não corresponde à verdade.

– O governador [Anchieta Júnior] está roubando alimentação das pessoas pobres – disse.

Mário Couto considera branda punição a Erenice

Mário Couto (PSDB-PA) manifestou sua contrariedade com a punição recebida pela ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, que deixou o cargo em meio a denúncias de tráfico de influência.

O senador disse ter tomado conhecimento pela imprensa de que ela recebeu "apenas uma repreensão" e observou que, "como se tratava de reincidência, esperava que fosse punida com severidade pelo governo".

Mário Couto também estranhou o fato de ter sido "premiado" com a presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara o deputado João Paulo (PT-SP), formalmente acusado no escândalo do mensalão.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

"Esperava que ex-ministra fosse punida com severidade", diz Mário Couto



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Índice adotado com o câmbio fixo disparou, observa o parlamentar

Ferraço propõe repactuação das dívidas de estados

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comentou projeto de sua autoria pela repactuação das dívidas de entes da Federação.

O senador disse que as dívidas dos estados, renegociadas em 1997, e as dos municípios, em 2001, foram indexadas ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), "apropriado na época do câmbio fixo, mas que disparou nos últimos tempos".

Ferraço disse que o PLS 75/11 – Complementar propõe o equilíbrio financeiro e econômico das dívidas, atualizando as negociações. Ele observou que o Banco Central utiliza, no sistema de metas de inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Entre 1997 e 2010, o IGP-DI acumulou inflação de 229%, e o IPCA, de 134%, observou.

Jayme Campos quer regulação do e-commerce

O senador Jayme Campos (DEM-MT) disse ontem que a internet, ao mesmo tempo em que mudou hábitos e estabeleceu um novo código ético nas relações humanas, trouxe inseguranças jurídicas e a necessidade de regulação que garanta proteção e sigilo de dados pessoais, além de combate à fraude comercial e à divulgação de boatos e notícias inverídicas.

– Faz-se urgente e necessária a regulação desse setor. Não apenas com código de conduta, advertências e recomendações, mas sim com a implantação de um seguro para os usuários do comércio eletrônico, salvaguardando-os de fraudes e calotes – afirmou.



José Cruz/Senado Federal

Senador vê o consumidor exposto a fraudes e calotes pela internet

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Aníbal Diniz • Wilson Santiago • Mozarildo Cavalcanti • Pedro Taques • Paulo Paim • Ivo Cassol • Marcelo Crivella

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Paim apoia produtores de vinho no Sul

José Cruz/Senado Federal



Paulo Paim

A realização da Feira Nacional do Vinho (Fenavinho) Brasil 2011, de 29 de abril a 8 de maio, foi citada ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A Fenavinho transformou-se no maior evento do setor no país. Paim defendeu as reivindicações dos produtores da região Sul.

– O setor reivindica tratamento tributário isonômico com alíquotas idênticas de ICMS em todos os estados; incremento do Fundo de Desenvolvimento da Viticultura para viabilizar a promoção do setor e manter a qualidade do vinho nacional; e uma política de escoamento dos estoques excedentes.

Paim elogia projetos de segurança em Canoas

Paulo Paim elogiou, na terça-feira, o trabalho realizado pela Secretaria de Segurança Pública do município de Canoas (RS). As ações incluem uma parceria com o governo federal por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas).

Ele citou a criação do Observatório da Segurança Pública, que desde maio de 2010 funciona como ferramenta voltada para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas de segurança desenvolvidas no município.

Paulo Paim também citou o projeto Territórios da Paz, em Guajuviras, um bairro pobre do município, que capacita jovens para ser “jornalistas cidadãos” e contar suas histórias por meio de documentários, programas de web, radioweb, fotografias e conteúdo multimídia.

Plenário decide se Dia de Zumbi é feriado nacional

Celebrado em 20 de novembro, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra pode se transformar em feriado nacional. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo da Câmara ao PLS 520/03 que cria a data, mas não o feriado. Relator da matéria, o senador Paulo Paim quer consagrar o dia à rejeição a todo tipo de preconceito.

Atualmente, a data já é reconhecida e comemorada como feriado em 225 cidades brasileiras de 11 estados, incluindo três capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba). Coube à Câmara alterar o PLS 520/03 para declarar feriado nacional o dia dedicado a Zumbi. Agora o PLS vai a votação pelo Plenário.

Senadora comenta decisão do STF, que não considerou correta a aplicação da Lei da Ficha Limpa para a eleição de 2010, e lembra que lei nasceu de uma iniciativa popular



Ministro Luiz Fux deu o voto decisivo que derrubou lei para as eleições de 2010



Marinor Brito: lei espelha vontade popular contra a corrupção

Marinor: maioria dos fichas-sujas foi barrada nas urnas

A SENADORA MARINOR Brito (PSOL-PA) afirmou ontem que 70% dos candidatos das eleições de 2010 enquadrados na Lei da Ficha Limpa foram “barrados nas urnas” por vontade dos eleitores.

– Apenas 30% deles, as raposas da política, os mais eficazes na roubalheira e corrupção, na utilização do Congresso Nacional e das estruturas de poder nos estados, conseguiram mais uma vez driblar a vontade do povo e alcançaram um percentual razoável de votos, com o mesmo abuso do poder econômico, o mesmo uso da máquina pública, e recorreram à Justiça – disse.

Marinor falou logo depois do ministro Luiz Fux, no julgamento do Supremo Tribunal Federal, declarar voto contrário à aplicação dessa lei para as eleições do ano passado (veja o quadro).

A senadora lembrou que a lei foi de iniciativa popular com o apoio de movimentos sociais que combatem a corrupção. Ela afirmou que a iniciativa espelhou a vontade da população para enfrentar a corrupção e o abuso do poder econômico na política.

– A Lei da Ficha Limpa surgiu

para barrar corruptos e desonestos, para barrar os que historicamente têm deixado o povo no abandono, para barrar politicamente os que têm representado a fome, a miséria, a prostituição infantojuvenil, o trabalho escravo, a visão de desenvolvimento macroeconômico neste país que

tem deixado o povo da minha região e o povo brasileiro na mais desesperadora situação – afirmou a parlamentar, que chegou ao Senado depois que dois candidatos mais votados foram barrados pela lei (Jader Barbalho, que deverá assumir o mandato) e Paulo Rocha.

Decisão do STF deve provocar quatro alterações no Senado

Por 6 votos a 5, o STF considerou inconstitucional a aplicação da Lei da Ficha Limpa às eleições de 2010, ao analisar recurso de um candidato a deputado estadual mineiro. Pelo entendimento do tribunal, a aplicação já no ano passado desrespeitaria o princípio constitucional da anterioridade eleitoral, pois não decorreu um ano entre a sanção da lei e as eleições de outubro.

A decisão deve ter repercussão na composição do Senado e da Câmara, bem como nas eleições estaduais.

Quatro candidatos ao Senado obtiveram votos sufi-

cientes, mas acabaram sem registro, nos termos da Ficha Limpa: Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Jader Barbalho (PMDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP) e Marcelo Miranda (PMDB-TO).

Eles foram substituídos pelos candidatos colocados imediatamente a seguir nas eleições: Wilson Santiago (PMDB-PB), Marinor Brito (PSOL-PA), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Vicentinho Alves (PR-TO), respectivamente.

O Senado só deverá tomar alguma providência após ser comunicado oficialmente da decisão.

Abatimento no Fies com serviço em instituição pública



Paulo Davim

Projeto de Paulo Davim (PV-RN) permite que os graduados em licenciaturas e os formados em medicina, odontologia e enfermagem abatam até 12 meses das prestações devidas ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) em troca da prestação de serviços a instituições públicas.

O objetivo, explicou o senador, é garantir a destinação pública de parte dos recursos empregados no Fies e possibilitar oportunidades para a primeira atuação profissional dos jovens formados em áreas de interesse social. Davim destacou que esses jovens poderão posteriormente até ser aprovados em concursos para entidades de ensino ou unidades de saúde públicas.

Ângela espera que STF mantenha piso de professor



Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) comemorou manifestação em análise inicial – contrária a ação questionando a constitucionalidade da lei que instituiu o piso salarial de R\$ 950 para os professores em todo o país – do ministro Joaquim Barbosa, relator da ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Quando a Lei 11.738 foi sancionada, em 2008, os governadores de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Ceará a questionaram.

Segundo a senadora, Barbosa afirmou que, ao fixar piso nacional, trabalha pela redução das desigualdades regionais. Para Ângela Portela, a legislação “representa uma revisão das prioridades” do país, a partir da valorização do magistério.

Gilvam: educação avançou, mas ainda deixa a desejar

Gilvam Borges (PMDB-AP) fez uma análise da situação da educação, que apesar de ter evoluído bastante ao longo das últimas décadas, em sua opinião ainda deixa muito a desejar.

Ele citou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), pelo qual 35% das escolas da rede pública ficaram abaixo da meta determinada pelo governo federal. O Rio de Janeiro, seguido do Amapá, têm as piores escolas.

– É preciso ter humildade para reconhecer aquilo no qual não se obteve sucesso ou pelo menos não se atingiu todas as metas previstas. Afinal, toda e qualquer realidade só muda quando a encaramos de frente, sem vaidades – disse Gilvam.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador defende investimentos contra o assoreamento dos rios

Pinheiro alerta para urgência de preservar água

Ao manifestar sua preocupação com a previsão feita pela Agência Nacional de Águas (ANA) no relatório Atlas Brasil – abastecimento urbano de água, sobre a possibilidade de o país ter problemas de abastecimento de água em mais da metade dos municípios em 2015, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) chamou a atenção para a necessidade de preservação dos mananciais.

O relatório da ANA, lançado na terça-feira, estima em R\$ 22 bilhões o total de investimentos necessários para evitar a escassez de água potável no país.

Walter Pinheiro considerou fundamental a realização de investimentos públicos na recuperação da vegetação às margens de cursos d’água como forma de proteger esses mananciais do assoreamento.



José Cruz/Senado Federal

Senador disse que atuação do chefe de Casa Civil foi essencial

Gurgacz agradece ação da Palocci na crise em Jirau

Acir Gurgacz (PDT-RO) agradeceu, na terça-feira, a presença do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, na solução do impasse para que as obras da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO), retornem à normalidade, após paralisação ocorrida devido a tumulto e incêndios, no dia 17.

A empresa Camargo Corêa, responsável pela obra, negou a existência de insatisfação entre os trabalhadores e responsabilizou vândalos pela ação. Porém, retirou os trabalhadores do local como medida de segurança.

– Não tenho dúvida que, com essa posição do governo, esse impasse será resolvido e a obra será retomada o mais breve possível – disse o senador, que também pediu ao governo que resolva a situação da transposição dos servidores do ex-território de Rondônia para o quadro de servidores da União.

Campanha contra câncer que atinge mulheres é elogiada

O lançamento, na terça-feira, em Manaus, da Campanha Nacional contra o Câncer de Mama e do Colo do Útero foi saudada pelos senadores João Pedro, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Anunciadas

pela presidente Dilma Rousseff, as medidas incluem investimentos do governo federal de R\$ 4,5 bilhões pelos próximos quatro anos, para fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento.



Dilma lança balões com o símbolo da luta contra o câncer de mama, durante a divulgação da campanha, na terça-feira

Para João Pedro, Dilma inova ao escolher Manaus

O senador João Pedro (PT-AM) comentou o lançamento da campanha em Manaus, lembrando que a presidente Dilma Rousseff escolheu a cidade devido à incidência desses tipos de doença na região Norte.

João Pedro disse que Dilma inovou por deslocar o evento de Brasília e por dialogar com o resto do Brasil, em especial com a região Norte, que, a seu ver, precisa ser observada e compreendida.

– Espero que os recursos públicos e a própria campanha possam chegar ao interior do país – disse.

O senador lembrou que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, já revelou que somente 13% da população da região Norte está conectada à internet, o que, na opinião do parlamentar, evidencia a necessidade de se olhar com mais atenção para os habitantes do Norte do Brasil.



João Pedro disse esperar que recursos públicos possam chegar ao interior



Marta Suplicy destaca ampliação da rede de diagnóstico da doença

Marta: câncer de mama matou 11 mil em 2010

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) destacou que a Campanha Nacional contra o Câncer de Mama e do Colo do Útero, lançada na terça-feira pelo governo federal, vai investir R\$ 4,5 bilhões nos próximos quatro anos e prevê a ampliação da rede oncológica do país, com a aquisição de mamógrafos e programas de educação da população, por exemplo.

Marta informou que o câncer de mama é o neoplasma maligno que mais vitima mulheres no país. Apenas em 2010, disse a senadora, mais de 11 mil mulheres morreram e o número pode chegar a 18 mil em 2011. Já o câncer do colo do útero é o segundo mais frequente em mulheres, acrescentou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é ginecologista, disse que ficou “positivamente entusiasmado” com os anúncios feitos pela presidente Dilma Rousseff.

Vanessa diz que é preciso melhorar gestão da saúde

A escolha de Manaus também mereceu elogios da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que cumprimentou a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Vanessa ressaltou a importância da campanha lembrando que o câncer de mama é a principal causa de morte entre as mulheres, no Brasil, seguido do câncer do colo do útero.

A parlamentar disse que, embora existam cerca de 2 mil mamógrafos no país, sua distribuição está concentrada em grandes cidades, vários deles estão quebrados ou não há técnicos capacitados para operá-los.

A senadora afirmou que na saúde, assim como na educação, não é só a alocação de recursos o que importa, mas também a boa gestão do sistema e defendeu o que chamou de “exercício cotidiano de avaliação de como as coisas estão funcionando”.



Vanessa: maioria dos mamógrafos se concentra nas grandes cidades

Proposta adapta texto da CLT ao Código Civil

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 81/07) que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) relativo à permissão para maiores de 18 anos e menores de 21 anos e mulheres casadas fazerem reclamações trabalhistas sem auxílio dos pais, tutores ou maridos.

O relator da proposta, senador João Durval (PDT-BA), incorporou duas emendas de redação que haviam sido aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No relatório elaborado para a CCJ, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) argumentou que, com a entrada em vigor do novo Código Civil, em 2003, a menoridade passou a cessar aos 18 anos completos, habilitando a pessoa acima dessa idade à prática de todos os atos da vida civil.

Já o dispositivo relacionado à mulher foi suprimido por recomendação do autor do projeto, o então deputado Alberto



João Durval incorporou no parecer duas emendas de redação da CCJ

Fraga, que alegou a necessidade de adequação do texto à realidade social de igualdade entre homens e mulheres.

O texto original do projeto foi alterado por substitutivo ainda na Câmara dos Deputados, que, com o início da vigência do novo Código Civil, aprovou a revogação do artigo inteiro da CLT.

A proposição será submetida agora ao exame do Plenário do Senado. Caso o projeto não sofra novas mudanças, seguirá à sanção presidencial. Caso contrário, voltará à Câmara.

Ministros da Previdência e da Saúde podem vir à CAS

Os ministros da Previdência Social, Garibaldi Alves, e da Saúde, Alexandre Padilha, devem participar de audiências públicas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater o futuro do sistema previdenciário e a saúde pública, respectivamente.

Os convites constavam de requerimentos aprovados ontem pela CAS, assinados pelos senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Eduardo Amorim (PSC-SE).

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) sugeriu ontem que a instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que integra a CAS, seja realizada hoje.

Jayme Campos também citou os senadores que integrarão a subcomissão, que, no prazo de 90 dias, vai analisar as políticas sociais destinadas a dependentes químicos de álcool e drogas e as formas de enfrentamento ao consumo de crack.

A CAS aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei do Senado (PLS 385/08) que estabelece novo prazo para a compensação financeira entre a Previdência Social e os regimes previdenciários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. A medida vale nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para fins de aposentadoria e pensão.

Malta pede apoio de ministro para aprovar Lei Joanna Maranhão

Magno Malta (PR-ES) relatou em Plenário ontem sua participação, juntamente com integrantes da Frente Parlamentar da Família, de reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O senador disse ter solicitado o apoio do ministro para a aprovação do projeto de lei proposto pela CPI do Senado da Pedofilia, conhecido como Lei Joanna Maranhão.

A proposição, já aprovada no Senado e agora em análise na Câmara dos Deputados, assegura a quem for vítima de crime sexual, na infância ou adolescência, maior prazo para propor ação penal contra o agressor, passando o tempo de prescrição a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos.

– Disse ao ministro que a Lei Joanna Maranhão está para o



Malta diz que projeto equivale à importância da Lei Maria da Penha

Brasil e para a questão do abuso de crianças como a Lei Maria da Penha está para a questão do espancamento e do abuso contra a mulher – disse Magno Malta, que foi o presidente da CPI da Pedofilia, encerrada no ano passado.

CCJ aprova audiência pública sobre Ato Médico

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento para realizar audiência pública a fim de discutir proposta que define as atividades privativas dos médicos e as que podem

ser realizadas por outros profissionais da área de saúde.

Segundo o autor da proposta, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a discussão é necessária “para conferir mais legitimidade ao projeto (PLS

268/02), já que se trata de um assunto que afeta diversas áreas no âmbito da saúde”.

Para o debate, serão convidados representantes de seis entidades ligadas ao setor da saúde.